

1 **ATA DA 477ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA DEZESSEIS DE**
3 **OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

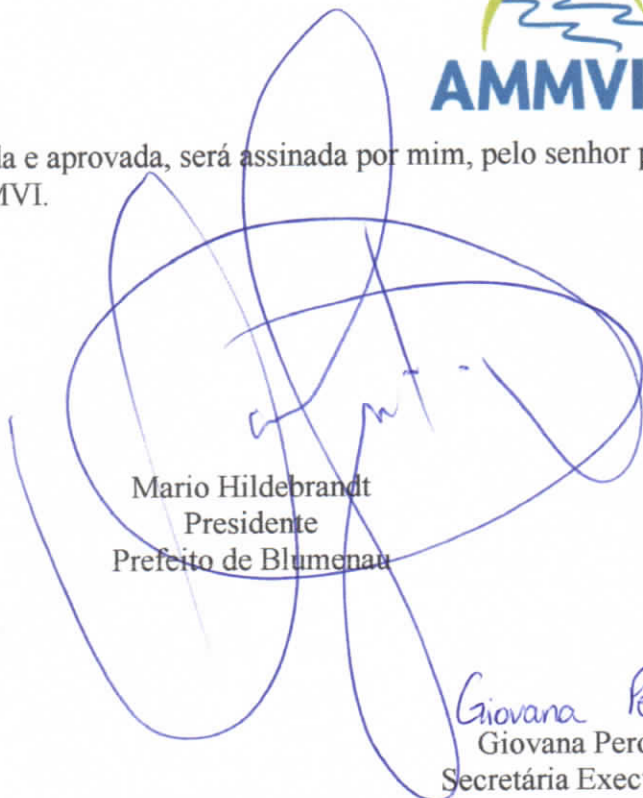
4 Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às quinze horas e trinta minutos, no
5 auditório Lino Grützmacher da AMMVI, em Blumenau/SC, realizou-se a quadringentésima
6 septuagésima sétima Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do
7 Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Blumenau, senhor Mario
8 Hildebrandt, e secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a presença do senhor
9 Carlos Alberto Peixer Vinci, secretário de Administração e Finanças de Apiúna, representando o
10 senhor José Gerson Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; do senhor José Coradini, prefeito
11 em exercício do município de Ascurra; do senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de
12 Benedito Novo; do senhor Fabio Maestri Bagio, contador da prefeitura de Botuverá, representando o
13 senhor José Luiz Colombi, prefeito do município de Botuverá; da senhora Simoni Mercia Mesch
14 Nones, prefeita do município de Doutor Pedrinho; do senhor Kleber Edson Wan-Dall, prefeito do
15 município de Gaspar; do senhor Matias Kohler, prefeito do município de Guabiruba; do senhor André
16 Luiz Moser, prefeito do município de Indaial; do senhor Ércio Kriek, prefeito do município de
17 Pomerode; do senhor Marildo Domingos Felippi, prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor
18 Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de Rodeio; do senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do
19 município de Timbó; do senhor José Rafael Corrêa, diretor executivo da AMMVI, além de demais
20 interessados, conforme registro de presença. Após declarada aberta a assembleia, com a constatação
21 do quórum estatutário, deu-se início à reunião e foi apresentada a Ordem do Dia, composta pelos
22 seguintes itens: 1 – Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 – Censo 2020 (IBGE); 3 – Caixa
23 Econômica Federal; 4 – Região Metropolitana (Planejamento Regional – Planos de Mobilidade,
24 Resiliência, Saneamento e Diretor; e Estudo Técnico Socioambiental); 5 – Cenário das Finanças
25 Municipais (cessão onerosa, projeto tributário); 6 – Modelo de Excelência em Gestão das
26 Transferências da União – MEG/TR; 7 – Assuntos Gerais. Tratando do item um, foi confirmado o
27 recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para aprovação por correio
28 eletrônico, e não havendo manifestações, esta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o
29 presidente da AMMVI passou a palavra ao senhor Fabrício da Costa Lopes, coordenador regional da
30 Defesa Civil no Médio Vale do Itajaí, o qual solicitou espaço na pauta e foi acatado pelo Presidente,
31 para tratar acerca do Programa SC Resiliente. Com a palavra, o senhor Fabrício da Costa Lopes
32 cumprimentou a todos os presentes, comentou acerca do lançamento do Programa no Congresso de
33 Prefeitos em setembro, e explicou que o objetivo principal do Programa SC Resiliente é fortalecer a
34 estrutura de resiliência e gestão de riscos e desastres dos municípios. Na sequência, foi realizada a
35 entrega do material aos prefeitos, composto por três manuais, o qual deverá ser socializado com os
36 profissionais da Defesa Civil de cada município. O coordenador ainda informou que o material inclui
37 um Índice do SC Resiliente, onde pode ser verificado como é feita a pontuação de cada município
38 para categorização em bronze, prata e ouro, pois através dessa categorização busca-se propiciar meios
39 para os municípios conseguirem financiamentos através do Banco Mundial e do Banco Regional de
40 Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para ações de resiliência. Compõem ainda o material um
41 Guia Conceitual, e um Guia de Orientação aos municípios. Por fim, o senhor Fabrício da Costa Lopes
42 agradeceu pela oportunidade, e colocou-se à disposição. Dando sequência, o presidente da AMMVI
43 convidou para integrarem a mesa de autoridades a senhora Cristiane Loureiro, secretária municipal
44 da família, e o senhor Antônio Costa, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da
45 Pessoa Idosa. Passando ao item dois, foi dada a palavra ao senhor Lion Lucas de Souza, coordenador
46 de área do censo demográfico de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o
47 qual apresentou uma tabela com dados levantados pelo IBGE desde o censo 2000 até 2010, bem como
48 estimativas populacionais de 2018 e 2019. Salientou que o censo é feito a cada 10 anos, conforme

49 convenção da Organização das Nações Unidas (ONU). Citou ainda que o IBGE zela pela
50 transparência, e por isso o processo do censo é apresentado, para que os municípios saibam no que
51 serão afetados. Em seguida, explicou como é feito o processo de cálculo da estimativa do índice
52 populacional anualmente, e citou a questão do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cuja
53 verba é repassada por faixas de acordo com o índice populacional. Informou ainda que dois
54 municípios da região, Timbó e Guabiruba, subirão de faixa no FPM em 2020 de acordo com a
55 estimativa de 2019 do IBGE, a ser confirmada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) até o final
56 do exercício. Já no censo 2020, existe a expectativa de que os municípios de Indaial e Gaspar também
57 mudem de faixa para 2021. Saliu ainda que todas as informações são apresentadas aos municípios
58 através das Reuniões de Planejamento e Acompanhamento do Censo (REPAC), que uma delas já foi
59 realizada em todas as cidades da região da AMMVI, e que novas reuniões estarão sendo agendadas
60 em fevereiro ou março de 2020. Tomando a palavra, a senhora Simoni Mércia Mesch Nones
61 questionou se o IBGE leva em consideração os dados populacionais levantados pelos agentes de
62 saúde municipais, pois no caso de Doutor Pedrinho há uma diferença grande entre os dados da
63 Secretaria de Saúde e a estimativa do IBGE. O senhor Lion Lucas de Souza explicou que esta questão
64 pode ser tratada na REPAC, onde podem ser comparadas as medições de bairros e ruas, e verificar
65 onde está a defasagem apresentada. Ainda com a palavra, agradeceu pela oportunidade de explanar
66 acerca do censo e se colocou à disposição. Tomando a palavra, o senhor José Rafael Corrêa reforçou
67 a importância de os prefeitos acompanharem o processo de censo, principalmente a questão de
68 contratações, e o senhor Lion Lucas de Souza corroborou a fala, citando que devido ao baixo índice
69 de desemprego de nossa região, será difícil preencher as cerca de 700 vagas que serão abertas, então
70 é necessário auxílio na divulgação deste trabalho por parte dos municípios. Novamente com a palavra,
71 o senhor José Rafael Corrêa citou que os índices de crescimento dos municípios do censo de 2000
72 para 2010 foram maiores que do Estado e da União, e ressaltou a importância de acompanhar estes
73 índices no próximo ano. Dando sequência, o senhor Mário Hildebrandt comentou acerca do I Fórum
74 Municipal da Pessoa Idosa que será realizado no dia dezessete de outubro em Blumenau, e contará
75 com a presença do senhor Antônio Costa, secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da
76 Pessoa Idosa. Com a palavra, o secretário cumprimentou a todos e agradeceu pela atenção, dizendo
77 que está sendo realizado um movimento nos estados e municípios para a efetiva implantação da
78 Política Nacional da Pessoa Idosa. Comentou a questão do censo que estava sendo discutida, que trará
79 dados sobre o crescimento exorbitante da população idosa no Brasil, cuja previsão para 2030 é de
80 sermos o quinto país do mundo com maior população idosa, e que para o ano de 2060 a previsão é de
81 que os idosos representarão de 30 a 40% da população total. Diante disto, citou a importância de os
82 municípios trabalharem as políticas voltadas aos idosos, e que a Secretaria Nacional de Promoção e
83 Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa está aberta para auxiliar os municípios na implantação do
84 Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável, convidando os prefeitos para que façam a adesão
85 para trabalharem esta política. Informou ainda que estão abertos editais de financiamento para
86 Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), e que também há disponibilidade de emendas
87 parlamentares para fortalecimento dos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa. Novamente agradeceu
88 pela oportunidade, colocou-se à disposição para auxiliar no que for necessário, e elogiou o município
89 de Blumenau pelas ações já realizadas no âmbito da Política Nacional da Pessoa Idosa. Em seguida,
90 foi dada a palavra à senhora Cristiane Loureiro, que passou maiores informações acerca do evento a
91 ser realizado, e estendeu o convite a todos os interessados. Dando sequência à pauta, passando ao
92 item cinco, o senhor José Rafael Corrêa comentou sobre a evolução do FPM na região da AMMVI,
93 que teve um crescimento de 9,60% até o mês de setembro no comparativo com o ano anterior. Citou
94 ainda as projeções da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para os meses de outubro, novembro e
95 dezembro, que se manterão em crescimento. Citou também o índice de crescimento do Imposto sobre
96 Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que foi de 14% a mais em relação ao ano passado, e

97 também cresceu mais que o índice estadual. Em seguida, comentou sobre a aprovação do Projeto de
98 Lei nº 5.478/2019, o qual trata dos recursos do bônus de assinatura da cessão onerosa, explicando
99 como será feito o repasse e onde estes recursos poderão ser aplicados, como em pagamentos
100 previdenciários e também em investimentos. Apresentou a estimativa de valores que cada município
101 da região poderá receber, elaborada pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM), que
102 somados dão em torno de 26 milhões de reais, e ressaltou que não há data definida para repasse destes
103 valores. Na sequência, com a palavra, o senhor Mário Hildebrandt comentou acerca da Audiência
104 Pública realizada no dia quatorze de outubro na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC),
105 para tratar sobre o Projeto de Lei (PL) nº 165/2019, de autoria do deputado Jerry Comper, o qual
106 prevê diminuir de 85% para 82% a parte dos municípios relativa ao valor adicionado nas operações
107 de circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e
108 intermunicipal, e de comunicação realizadas em cada município. Demonstrou sua preocupação com
109 este PL, apontando que não é justo retirar recursos de municípios maiores para repassar a municípios
110 menores, pois todos têm as mesmas responsabilidades e problemáticas, e sugeriu que esta
111 porcentagem de repasse aos municípios menores seja retirada da cota do Governo do Estado.
112 Tomando a palavra, a senhora Simoni Mércia Mesch Nones informou que esteve presente na
113 Audiência Pública, e disse achar importante a proposta da PL, pois os municípios menores tem menos
114 recursos financeiros e humanos para administrar suas prefeituras e precisam de maior atenção, porém
115 salientou que também não concorda que os recursos sejam retirados dos municípios maiores, e sim
116 que o Governo de Estado assuma estes valores. Tomando a palavra, o prefeito Ércio Kriek reiterou
117 que não é justo retirar recursos de municípios maiores, e que esta discussão deve ser feita com cautela.
118 O senhor Jorge Augusto Krüger também se posicionou contrário ao PL, e o senhor Kleber Edson
119 Wan-Dall corroborou a sugestão do presidente de que o Estado deve arcar com os valores desta
120 proposta. Novamente com a palavra, a senhora Simoni Mércia Mesch Nones reforçou sobre as
121 dificuldades enfrentadas nos municípios menores e que eles necessitam de ajuda, mas reiterou que é
122 o Governo do Estado que deve assumir este ônus. Após discussão entre os prefeitos presentes, ficou
123 acordado que será enviado ofício a todos os deputados estaduais informando que a AMMVI é a favor
124 do aumento do repasse de recursos aos municípios menores, mas que a cota percentual seja
125 descontada do Governo do Estado, e não dos municípios maiores. Dando seguimento à pauta, foi
126 dada a palavra ao senhor Alexandre Carvalho Brigido, advogado da AMMVI, o qual informou que
127 está sendo realizado um diagnóstico tributário da região, com o auxílio da senhora Márcia Zilá
128 Longen, assessora de tributação da AMMVI. Citou que com o andamento dos trabalhos, foram
129 realizadas reuniões de colegiado, e surgiram ideias para fomentar e aumentar a autonomia das
130 administrações tributárias municipais, entre elas realizar uma campanha para incentivar os
131 consumidores a solicitarem notas fiscais em suas compras. Comentou ainda que realizaram contatos
132 com algumas empresas, e que devido ao período eleitoral do próximo ano, a AMMVI deve ser
133 totalmente responsável por esta campanha, e não pode haver envolvimento dos prefeitos. Com a
134 palavra, a senhora Márcia Zilá Longen comentou que levando em consideração as questões de prazo
135 e implantação, são necessários sessenta dias para todo o processo, então não há tempo hábil para
136 iniciar esta campanha ainda neste ano, inclusive pensando na divulgação. Ressaltou ainda que além
137 de decidir se a AMMVI fará a campanha, também é necessário definir o seu tempo de duração. Com
138 a palavra, o senhor Mario Hildebrandt solicitou que seja feita uma apresentação à Diretoria Executiva
139 da AMMVI acerca de custos, premiações, benefícios e envolvimento dos municípios nesta campanha,
140 a fim de embasar a decisão dos prefeitos e posteriormente realizar a votação a respeito do tema.
141 Tratando do item três da pauta, foi dada a palavra à senhora Marina Francisco, gerente regional de
142 governo da Superintendência Vale do Itajaí da Caixa Econômica Federal, a qual cumprimentou a
143 todos e comentou sobre seu trabalho com as prefeituras, colocando a Superintendência à disposição
144 dos prefeitos. Comentou sobre capacitações oferecidas gratuitamente pela Caixa, sobre novos

145 projetos a serem implantados, e informou que o banco está disponível para auxiliar no que for
146 necessário. Tomando a palavra, o senhor Paulo Roberto Weiss comentou sobre a preocupação com
147 os limites de operações de crédito com garantia do FPM, que impede a assinatura de novos contratos,
148 inclusive com a Caixa. A senhora Marina Francisco esclareceu que o valor de 4 bilhões de reais
149 liberado pela STN para os agentes financeiros para operações de crédito com garantia do FPM já foi
150 completamente consumido, e a Caixa recebeu orientação para sugerir aos municípios que migrem
151 para garantia da União e oferecerem o FPM como contra-garantia. Citou ainda que o prazo de carência
152 fica menor para quem possui financiamento pelo Programa Finisa (Financiamento à Infraestrutura e
153 ao Saneamento). Citou também que o processo de garantia pelo FPM e pela União é conduzido pela
154 STN, e que para estabelecer um novo limite de valores, inclusive para o próximo ano, deve ser
155 elaborada e publicada uma Portaria. Tomando a palavra, o senhor Ércio Kriek questionou se o
156 programa Avançar Cidades também está incluso nesta questão, e a senhora Marina Francisco explicou
157 que isto depende da garantia, se for pela União, continua normalmente. Houve ainda uma breve
158 discussão entre os prefeitos sobre a elaboração de projeto de lei e como citar a questão da garantia, e
159 sem mais dúvidas, a senhora Marina Francisco agradeceu pelo espaço e colocou-se à disposição. O
160 presidente da AMMVI também agradeceu pelas colocações, e em seguida passou ao item seis da
161 pauta, dando a palavra ao senhor Esaú Mendes Sirqueira, técnico da Secretaria de Gestão da
162 Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.
163 Cumprimentando a todos os presentes, citou a normativa que regulamenta a aplicação do Modelo de
164 Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG/TR) nos municípios; explicou o
165 funcionamento da plataforma Mais Brasil, que concentrará as informações sobre transferências feitas;
166 bem como apresentou os fundamentos do MEG/TR, que visam auxiliar os municípios na gestão e
167 gerar um resultado efetivo para os cidadãos. Citou ainda os materiais e cursos disponibilizados pelo
168 MEG/TR, e apresentou os benefícios deste instrumento, como melhoria da força de trabalho,
169 possibilidade de avaliação do desempenho institucional, troca de boas práticas de gestão, entre outros.
170 Finalizou sua fala ressaltando a importância de trazer inovações para a gestão pública, e agradeceu
171 pela oportunidade. Passando ao item sete, o presidente informou que esta pauta será tratada na
172 próxima Assembleia, com a presença do assessor jurídico da AMMVI, senhor Marcos Fey Probst.
173 Em seguida, já tratando dos assuntos gerais, informou que no dia vinte e um de outubro será realizado
174 o evento de formalização da parceria com a Alemanha para criação da Agência de Energia de
175 Blumenau. Tomando a palavra, o senhor José Rafael Corrêa lembrou acerca das tratativas para
176 criação desta Agência, e citou que para que a AMMVI esteja envolvida no projeto juntamente com a
177 prefeitura de Blumenau, é necessária aprovação em Assembleia, então o senhor Marcos Fey Probst
178 está elaborando a documentação para apresentar aos prefeitos. Ainda com a palavra, o senhor José
179 Rafael Corrêa informou que será agendada uma reunião com os prefeitos para tratar acerca da
180 proposta para elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana, e também comentou sobre o evento que
181 abordará alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que será realizado no município
182 de Brusque em fevereiro. Ele será feito em parceria com o distrito de Karlsruhe da Alemanha, e será
183 recebida uma comitiva de quinze pessoas com prefeitos e técnicos dos municípios de lá, que além de
184 participarem do evento, também visitarão alguns municípios da região e a AMMVI. Salientou ainda
185 que pretende-se tratar a expansão das parcerias com outros municípios do Médio Vale do Itajaí, bem
186 como com a AMMVI, e que há uma reunião agendada para o dia vinte e nove de outubro com
187 representantes do distrito de Karlsruhe, para que seja discutida esta questão das parcerias e acerca do
188 evento de fevereiro. O diretor executivo da Associação também comentou acerca do lançamento do
189 Prêmio de Boas Práticas Tributárias, onde os municípios da região podem se inscrever, e a premiação
190 será entregue no dia nove de dezembro, quando também será realizado o I Fórum Regional das
191 Administrações Tributárias do Médio Vale do Itajaí. Por fim, nada mais havendo a tratar, o presidente
192 declarou encerrada a assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois

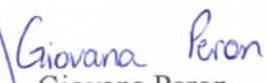
193 de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor diretor executivo da
194 AMMVI.



Mario Hildebrandt
Presidente
Prefeito de Blumenau



José Rafael Corrêa
Diretor Executivo



Giovana Peron
Giovana Peron
Secretária Executiva

195